

SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE LIMINAR OU DE SENTENÇA: observações

ARNALDO ESTEVES LIMA*

Juiz – TRF 2ª Região

O art. 4º, da Lei 4.348/64, admite a suspensão, em despacho fundamentado, da execução de liminar ou de sentença, em mandado de segurança, pelo Presidente do Tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, a requerimento da pessoa jurídica de direito público interessada, para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. Pelo art. 4º, da Lei 8.437/92, ampliou-se a admissão do mesmo procedimento, além da legitimidade para requerê-lo, "...nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas". Seu § 1º determina a aplicação do artigo às sentenças exaradas em ações cautelar inominada, popular e civil pública, enquanto não transitadas em julgado.

Registre-se que da decisão Presidencial, favorável ou não, à suspensão, cabe, segundo tais leis, AGRAVO, em cinco dias, para o órgão julgador competente, do respectivo Tribunal, recurso que, por estar previsto, em geral, nos regimentos dos Tribunais, é nominado de "Agravo Regimental", cujo procedimento, todavia, não observa, tanto quanto o próprio requerimento original, o contraditório, pois a parte adversa não tem a oportunidade de respondê-lo, inadmitindo-se, também, quando do seu julgamento, pelo colegiado, sustentação oral, não deixando, assim, de tangenciar o devido processo legal.

Acentuam a doutrina e a jurisprudência, em geral, que tal suspensão só se justifica quando algum de tais bens a que se visa tutelar

(ordem, economia etc.), correr fundado risco de grave dano, caso se cumpra, desde logo, a decisão.

Referido procedimento, além de se afastar da normal tramitação dos recursos, tem forte conteúdo político pois o juízo valorativo da ocorrência ou não, de seus pressupostos, por sua relativa fluidez, fica entregue à apreciação do Presidente do Tribunal que irá examiná-lo, o qual, embora devendo motivar sua decisão, não encontra, comumente, elementos objetivos para fazê-lo, já que vagos são, relativamente, os conceitos de ordem, economia, saúde e finanças públicas, cuja ocorrência ou não, varia conforme a visão de cada um, ficando, em geral, pelo que se nota, em plano hipotético.

Destarte, não pode haver dúvida que a sua aplicação, na prática, deve ser restrita, excepcional, reservando-lhe a incidência apenas naqueles casos em que, pela natureza da situação de fato, tal se justifique, suficientemente.

Referida excepcionalidade mais se acentua com o advento da Lei 9.139/95, que alterou o CPC, no capítulo em que dispõe sobre o Agravo – art.522 e segs.- , atribuindo competência ao relator para dar-lhe efeito suspensivo bem como à Apelação, conforme arts.527, II c/c 558 e seu Parágrafo único. Assim, se se tratar de decisão liminar, a parte disporá do Agravo para da mesma recorrer, tanto quanto contará com a Apelação para recorrer da decisão definitiva, ou seja, a que definiu a lide, pondo fim ao processo, recursos normais, tradicionais em nosso ordenamento jurídico-processual, submetidos ao contraditório e ao devido procedimento legal, aos quais se poderá atribuir efeito suspensivo, obstando-se executar a decisão que, eventualmente, por seu conteúdo, viole um daqueles bens protegidos pelas normas antes apontadas. Havendo, pois, o caminho normal a ser percorrido pela parte, deve-se, tanto quanto possível, dar-lhe prioridade, evitando-se o requerimento de

suspensão do **decisum** pois tal procedimento, a despeito de legal, não é tão legítimo quanto o são referidos recursos.

Indubitável, ademais, mormente nas instâncias ordinárias, que diminuiu e muito, o espaço para a aplicação do art. 4º, das Leis 4.348 e 8.347, com as inovações oriundas da Lei 9.139/95, que dentre outras virtualidades, teve mais esta, qual seja, a de restringir a utilização daquele procedimento porque, ao admitir que o relator do Agravo ou da Apelação lhe dê efeito suspensivo, evitando-se a execução, desde logo, da decisão, tornou perfeitamente adequados e eficazes tais recursos para hipóteses que antes reclamavam requerimento de suspensão, isto, no comum das situações. Naturalmente, se se tratar de questão extremamente urgente, o caminho da suspensão, por sua maior celeridade, ainda deve ser preferido, caso assim não seja, deverá ser preterido em benefício dos recursos naturais. Escusado dizer que o caso-a-caso e o bom senso, como sempre, serão os vetores maiores a indicar qual será o mais adequado procedimento para se contrastar a respectiva decisão.